

Gadelha destituiu Chiarelli da poderosa Comissão de Controle

21 MAI 1988

Telefoto de Luiz Antônio

BRASÍLIA — Numa atitude sem precedentes na história do Congresso Nacional, o Líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), destituiu o Senador Carlos Chiarelli (RS) na Comissão de Fiscalização e Controle, substituindo-o pelo Senador Odacir Soares (RO). Chiarelli ocupava a presidência da Comissão que, como o próprio Gadelha afirma, tem mais poderes que todas as CPIs juntas.

Gadelha encaminhou o requerimento de substituição ao Presidente do Senado, Humberto Lucena, no final da tarde de ontem.

— O artigo 86 do regimento lhe faculta este poder. Não existe nenhum dispositivo que dê imunidade a qualquer membro das comissões.

Gadelha disse que não lhe restava outra alternativa depois de ter sido desafiado por Chiarelli. Apoiado no fato de nenhum Presidente de comissão jamais ter sido afastado no Senado ou na Câmara, o Senador gaúcho dissera na quinta-feira que o novo Líder do PFL "não tinha competência, coragem e amparo regimental" para destituí-lo.

— Eu não faço as coisas por brava — comentou Gadelha —, mas ele me deixou sem alternativa. Ao me



Gadelha: Eu não tinha alternativa

desafiar, ele próprio estava pedindo para sair.

O PFL tem outros três titulares numa comissão de 17 membros. São os Senadores José Agripino, Guilherme Palmeira e Afonso Arinos. Gadelha acredita que eles renunciarão em solidariedade a Chiarelli. Se isto ocorrer, ele já tem alguns nomes para substituí-los, todos da ala gover-

nista do PFL: Alexandre Costa, João Lobo, Lourival Baptista, Edson Lobão, João Menezes.

O PMDB, que tem a maioria dos membros da Comissão (dez), deve escolher o novo Presidente. Só não o indicara antes numa manobra do Líder do partido, Senador Fernando Henrique Cardoso (SP), que pretende homenagear Chiarelli por ele ter sido substituído na liderança do PFL por Marcondes Gadelha.

O novo Líder diz que o Governo não pretende ser maioria dentro desta comissão, que possui poderes tão amplos a ponto de embargar obras governamentais que estejam sob sua investigação.

— Continuaremos numa brutal minoria, mas queremos estabelecer o contraditório. Ali todos eram oposicionistas. Não havia quem defendesse o Governo numa Comissão tão poderosa — diz Gadelha.

Entre outros pontos, compete à Comissão, que é permanente, opinar sobre a compatibilidade orçamentária com os planos e programas de Governo; avaliar a eficácia destes projetos e programas; convocar Ministros de Estado; requisitar documentos públicos e efetuar perícias e diligências.